

Câmara municipal e família: instituições de poder no Brasil meridional (primeiras décadas do Século XIX)

Town council and family: the institutions of power in southern Brazil (early decades of the nineteenth Century).

Ricardo Schmachtenberg*

Resumo: No universo complexo da sociedade brasileira, no período colonial e também no imperial, tem-se aprofundado, na última década, as discussões, os debates e as pesquisas em torno da História da Família e da Câmara Municipal e suas correlações. Se utilizando e explorando um universo de fontes variadas, tanto de cunho quantitativo como qualitativo, aliado a referências da Demografia Histórica, da Nova História Política e da Micro-História, essas duas importantes instituições mantiveram uma relação muito mais de reciprocidade do que de distanciamento, ou seja, era nesse universo que as redes, as estratégias e relações de poder se articulavam e se concretizavam. Esse artigo procura analisar esse universo, envolvendo essas duas instituições na formação e constituição de uma complexa rede de relações de poder na Vila de Rio Pardo, Província do Rio Grande de São Pedro, nas primeiras décadas do século XIX. De um lado a câmara municipal e o poder que dela emana e de outro, a família e os poderes dela constituídos. Separadamente, são importantes mecanismos de poder, juntas, permitem, a partir de estratégias, atingirem um nível elevado das relações sociais, econômicas e políticas de uma sociedade.

Palavras-chave: câmara municipal, família, instituições de poder.

Abstract: In the complex universe of Brazilian society in the colonial period and also in imperial, has deepened, in the last decade, discussions, debates and research about Family History and Town Council and its correlations. Using and exploring a

* Possui graduação em Estudos Sociais - habilitação História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2001), Mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004) e Doutorado em História também pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2012). Atualmente é professor contratado da Escola Estadual de Ensino Médio Guilherme Fischer - Vale do Sol/RS, onde trabalha nas áreas de História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Seminário Integrado. Também leciona como professor titular de História e Geografia na Escola Municipal de Ensino Fundamental Harmonia - Santa Cruz do Sul/RS.

universe from various sources, both quantitative and qualitative nature, allied with references of Historical Demography, the New Political History and micro-history, these two important institutions maintained a relationship much more reciprocal than detachment, that is, it was in this universe that networks, strategies and power relations are articulated and materialized. This article analyses this universe, involving these two institutions in training and setting up of a complex network of power relations in Rio Pardo Village, Rio Grande Province of St. Peter, in the early decades of the nineteenth century. On one side the Town Council and the power that it emanates and in the other side, the family and the powers that be it. Separately, are important mechanisms of power, together, enable, from strategies, achieve a high level in the social, economic and political relations of a society.

Key words: town council, family, institutions of power.

A VILA DE RIO PARDO NO CONTEXTO COLONIAL E IMPERIAL BRASILEIRO

No período colonial a região de Rio Pardo desempenhou uma posição estratégico-militar fundamental para a coroa portuguesa, configurando-se como limite e principal fronteira no sul do Brasil. Gomes Freire de Andrade foi destacado para organizar e supervisionar a construção de uma fortificação. Para a construção do forte, em 1754, ficou encarregado o engenheiro João Gomes de Mello, que se deslocou para Rio Pardo juntamente com o capitão de Dragões Francisco Pinto Bandeira, comandando um destacamento de 60 homens. Logo após, um novo destacamento, desta vez composto por 400 militares, liderados pelo tenente-coronel Tomaz Luís Osório chegou à região, dando origem ao povoado (LAYTANO, 1979). Posteriormente, o regimento teve seu efetivo militar ampliado, constituído também por escravos e, em algumas ocasiões, mulheres livres e cativas. Em 1769 Rio Pardo foi elevado à condição de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

A função do forte era defender e assegurar o domínio português na região contra as investidas indígenas e espanholas. Essa situação favoreceu a chegada de imigrantes vindos de Portugal e de outras regiões da colônia, contribuindo para o aumento populacional. Em 1780, o núcleo urbano possuía 2.374 pessoas. Além disto, foram demarcados novos terrenos urbanos, surgiram oficinas, profissionais liberais se fixaram na região, inaugurava-se a igreja Matriz, assim como se registrava o crescente número de comerciantes instalados em Rio Pardo. Em 1803 a população

alcançou a marca de 3.739 habitantes. Poucos anos depois, em 1807, já atingia 7.032 pessoas, incluindo índios, libertos e cativos. No mesmo período, havia em Porto Alegre 4.702 pessoas, e em Rio Grande, 10.817 (SOUZA, 1998, p. 31.). Para o ano de 1814, ratificando a importância e o crescimento populacional de Rio Pardo, a vila possuía o maior contingente populacional de brancos, o segundo maior contingente de escravos, assim como de indígenas da Capitania (VOGT, 2001, p. 90-91).

No ano de 1806 o Príncipe Regente determinou que se criassem outras vilas na capitania¹, uma vez que, na época, existia apenas uma vila com câmara municipal no atual Estado do Rio Grande do Sul. Segundo o Governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, Paulo José da Silva Gama, tal fato dificultava a aplicação da justiça em toda a capitania, visto que existia apenas um único juiz ordinário. Propôs então, a criação de quatro distritos, cada um com uma vila e sua respectiva câmara e juiz, através da Resolução Régia de 27 de abril de 1809. Assim, foram implantadas as Vilas de Porto Alegre, de Rio Grande, de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo e a Vila de Santo Antônio da Patrulha (MIRANDA, 2000, p. 47-55). Ao mesmo tempo surgiram novas freguesias e o aparato administrativo da capitania configurava-se de maneira mais efetiva. Em sete de outubro de 1809, juntamente com Santo Antônio da Patrulha, a freguesia de Rio Pardo foi elevada à condição de vila, embora a eleição dos primeiros oficiais camarários e a instalação do Pelourinho² só tenham ocorrido em vinte de maio de 1811.³

O povoado passou a se destacar como pólo comercial e com uma importante função jurídico-administrativa que, na época, abarcava mais da metade da área total da capitania, abrangendo toda a fronteira oeste. A localização geográfica de Rio Pardo permitiu a sua transformação num pequeno arco temporal: de região de interesse puramente estratégico-militar para a coroa lusitana para a posição de importante entreposto comercial.

¹ Carta enviada pelo Governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, Paulo José da Silva Gama ao príncipe regente, D. João em 04 de dezembro de 1803. AHU – Rio Grande do Sul, cx. 13, doc. 31.

² Pelourinho: coluna geralmente de pedra, onde eram divulgados os editais públicos ou abertas às arcas dos pelouros, isto é, dos votos para a escolha dos membros do Senado da Câmara.

³ Auto de criação desta nova Vila do Rio Pardo e levantamento do Pelourinho. Autos de nomeação dos oficiais camarários. Livro Termo de Criação da Vila de Rio Pardo. Livro nº 01 – 1811. Rio Pardo: AHMRP. Rio Pardo seria elevado à condição de cidade somente no ano de 1846. Termo de declaração da elevação desta Vila a categoria de cidade. Livro Termo de Criação da Vila de Rio Pardo. Livro nº 01 – 1811. Rio Pardo: AHMRP.

Às margens do rio Jacuí, a vila era o ponto central para onde convergiam os negociantes e comerciantes para as diferentes partes da capitania e depois província. Era de seu porto e de suas casas de comércio que saíam as mercadorias para a região da Campanha, das Missões e dos Campos de Cima da Serra, ou para outras regiões do território meridional. Além disto, o transporte fluvial servia para abastecer de secos e molhados o entreposto, intensificando-se as linhas de navegação que ligavam a vila com a capital, Porto Alegre, através do Rio Jacuí.

Rio Pardo teve papel de destaque na produção do trigo, gênero importante para as exportações sul rio-grandense e, com o aumento das atividades mercantis, a vila transformou-se num sólido entreposto comercial da capitania. Neste sentido, é possível perceber que a pecuária não foi à única - apesar de ser importante-, fonte econômica da região e em especial de Rio Pardo. Como posto avançado de fronteira, a localidade passou a atrair uma série de negócios e negociantes, vendedores de escravos e grandes armazéns.

A partir dessas transformações, passaram a predominar as casas comerciais e os estabelecimentos especializados em serviços: alfaiates, sapateiros, ourives, boticários, tavernas, padarias, etc. (SOUZA, 1998, p. 50-82). Geralmente os homens que se dedicavam aos negócios de comércio também gozavam de prestígio na sociedade, tendo participação na vida política de Rio Pardo, ocupando cargos na câmara, assim como aqueles que ostentavam alguma patente militar e os estancieiros. Além das casas comerciais, de pequenas indústrias de curtume de couros e tecidos, também ocorriam em Rio Pardo feiras de comércio popular ou mercados de praça, espaços importantes para o abastecimento da população.

A Câmara Municipal era o órgão administrativo que fiscalizava o comércio, definia os horários de funcionamento do mercado e aplicava multas, por oficiais designados para tal cobrança, caso algum comerciante deixasse sujo o local ou a qualidade dos alimentos por ele vendido fosse ruim ou tivesse problemas com pesos e medidas de suas balanças, conforme determinação do código de postura municipal. Essas instituições de poder local também “funcionavam como palco de manifestação de elites locais, possibilitando um canal de diálogo e negociação entre o poder monárquico de Portugal e as diversas elites ultramarinas que compunham o império lusitano” (COMISSOLI, 2008, p. 25). Além disso, “eram responsáveis por indicar oficiais de diversas funções, entre elas o juiz almotacé, recolher impostos, realizar

obras de melhoria nas povoações e conceder licenças de construção. Essa multiplicidade de funções oferecia aos ocupantes dos cargos camarários um papel de destaque dentro da sociedade” (COMISSOLI, 2008, p. 25-26).

Assim, Rio Pardo conheceu seu período de crescimento e desenvolvimento econômico nas últimas décadas do século XVIII e nas décadas iniciais do XIX. Passou de importante base militar para a coroa portuguesa, a um dos principais entrepostos comerciais da região, ligando várias partes da Capitania-Província do Rio Grande de São Pedro com a capital, Porto Alegre, a partir do desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias. Contudo, a partir da década de 30 do século XIX iniciou-se um processo de estagnação econômica da vila.

ESTRATÉGIAS, REDES DE PODER E RELAÇÕES FAMILIARES NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO PARDO

O estudo da família tem atraído, nessa última década, o olhar de diferentes áreas, em especial, a História com uma fina contribuição teórico-metodológica advinda da micro-história e nesse sentido, as histórias de famílias superaram a análise puramente genealógica e passaram a ser realizados estudos sob o ponto de vista da história demográfica e, recentemente, uma análise voltada para os estudos prosopográficos, estudos de biografias coletivas dos membros de uma categoria social específica, em geral elites sociais e políticas (VIVÓ, 2009, p. 263). Além disso, a historiografia brasileira se interessava muito pouco em pesquisar e analisar as instituições de poder local, mas especificamente, as câmaras municipais. Por muito menos, as redes de poder e as relações familiares que se formavam no universo dessa instituição. A primazia estava focada nas questões de ordem econômica, sendo que, a história social e política tinham sido renegadas a um segundo plano. No entanto, especialmente, a partir das últimas décadas do século XX, tem se renovado e ampliado os estudos e os debates envolvendo temas que discutem a família no âmbito da história social e da própria história política.

Nosso objetivo, portanto, é analisar como essas famílias mobilizaram estrategicamente e consolidaram alianças, jogos de interesses, redes de poder e relações familiares no universo da Câmara Municipal de Rio Pardo. Em outras palavras, que estratégias e quais as redes e as relações privilegiadas nessa sociedade a família se utilizou para se consolidar no poder político da câmara municipal entre os

anos de 1809 a 1830. O recorte temporal pode ser explicado por dois fatores: primeiro porque em 1809 a câmara municipal foi oficialmente instalada e em 1811 seus oficiais eleitos; segundo porque é nesse período que a Vila de Rio Pardo tem o seu período áureo de desenvolvimento econômico, após 1830, a vila entra num processo de estagnação econômica. As fontes primárias para este artigo são os registros de casamento depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio Grande do Sul, os inventários post-mortem e testamentos depositados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul e os livros de registros e códices da Câmara Municipal de Rio Pardo depositados no Arquivo Histórico do Município de Rio Pardo. Com esses dados em mãos podemos verificar como essas famílias se organizaram nos meandros da sociedade local e forjaram alianças e relações familiares, especialmente por intermédio do casamento, como estratégia de ascender social, econômica e, principalmente, politicamente.

A história da família, nesse sentido, tem privilegiado as abordagens micro, as bases de dados demográficas posicionam-se cada vez mais como incontornáveis. Porém, não são só as questões como a dimensão da família, os casamentos consanguíneos, a endogamia, a homogamia social, que interessam ao historiador da família e cujas respostas podem ser encontradas nas bases de dados demográficas (AMORIM, 2003, p. 49). Também interessam problemas como a reprodução social da família, a formação dos grupos domésticos, a proximidade com a parentela, os compadrios, as relações e estratégias familiares, que encontram esclarecimento no cruzamento de fontes sobre essas bases (SCOTT, 1999). Além disso, “estudos sobre elites, sobre grupos profissionais, estudos de gênero, de migrantes, de escravos, podem sedimentar-se em análises quantitativas se recorrerem às bases de dados preparadas pelas metodologias da Demografia Histórica” (AMORIM, 2003, p. 49). Certo é que a família constituiu-se, ao longo do Brasil colonial e imperial, em importante meio de conservação e ampliação de redes, riquezas, poder e importância social, política e econômica. Podemos partir do pressuposto de que a família era o “capital social básico no mundo rural” (FARINATTI, 1999, p. 119).

Esse texto versará, portanto, sobre a família e as redes e relações que se fizeram presentes em torno da Câmara Municipal de Rio Pardo entre 1811 e 1830. Procuraremos acompanhar o percurso e a trajetória das famílias na vila e seu termo e a partir de então buscamos sua inserção na câmara municipal, a constituição e/ou

reconstituição de redes familiares. Assim, almejamos perceber as teias e as relações estratégicas constituídas entre as famílias e o universo camarário, dentro de uma perspectiva micro-histórica. Desse modo, é possível verificarmos se essas redes funcionaram como mecanismos que permitiram e/ou projetaram a inserção e/ou manutenção desses indivíduos no universo da elite local e da câmara municipal. Nesse sentido, é através do estudo das “trajectórias de vida dos indivíduos e das famílias (que) entrelaçavam-se numa teia de relações complexas, que é impossível separá-las em categorias rigidamente estanques” (SCOTT, 1999, p. 350).

Ao estabelecer um tipo de vínculo, mas que não se esgota no casamento, o matrimônio assumiu um papel fundamental e de muita importância para a sociedade rio-pardense da época, bem como para as sociedades tradicionais em geral, visto que podemos considerá-lo como “o momento em que se tornam plenamente visíveis as estratégias mais complexas de reprodução e preservação do *status* familiar” (BACELLAR, 1997, p. 60). Partindo desse pressuposto, podemos considerar que o casamento se tornou um “negócio” entre as famílias de elite: vínculos de aliança, de consanguinidade, de parentesco espiritual e de parentela, foram determinantes para a reprodução social do grupo familiar, e, nesse sentido, se garantiram enquanto grupo privilegiado, mantendo-se no topo da hierarquia social, econômica e política de Rio Pardo. Assim, independentemente da categoria social, o casamento, segundo o historiador Carlos Bacellar “é um ato profundamente submisso a imperativos de ordem social, econômica e cultural que o direcionam em qualquer comunidade...o casamento ou a união consensual era, antes de tudo, o melhor caminho para se garantir condições mínimas de sobrevivência” (BACELLAR, 2001, p. 73).

O que nos parece definitivo, tanto para as famílias quanto para os indivíduos, principalmente, é que os interesses econômicos, políticos e sociais estavam em jogo e formavam um poderoso elo na constituição de redes familiares, tinham uma capacidade de estabelecer importantes relações sociais. E os casamentos, seja exogâmicos ou endogâmicos, fortaleceram essas relações e os interesses próprios de cada família. As uniões matrimoniais entre indivíduos vindos de outras partes do Brasil e de Portugal com filhas de importantes famílias da elite representada aqui pelos comerciantes, negociantes e estancieiros de Rio Pardo, podem ser vislumbradas como mecanismos de ascensão socioeconômica e de acesso a postos camarários e de

ordenanças, mas também serviram como forma de consolidar e fortalecer alianças e negócios.

Os matrimônios, portanto, no universo da Vila de Rio Pardo se pautaram e sintetizaram uma rica relação e união envolvendo integrantes e famílias de importantes setores econômicos da sociedade, comerciantes, estancieiros, negociantes e militares. Essas relações apontam para uma política de ampliação nas redes e alianças, estratégias visando novas rendas, agregar fortunas e *status*, conferindo certa estabilidade econômica e social ao grupo familiar, bem como, a ascensão desses indivíduos na política local. Nesse sentido, esses indivíduos e suas respectivas famílias, por meio de alianças, conseguiram controlar as instâncias política e econômica de Rio Pardo e, conseqüentemente, a eles e suas famílias eram atribuídas *status* e poder. A partir dessas relações foi se desenhando as teias que a família tecia.

O que pode ser visível no universo das teias e relações matrimoniais que ocorreram na sociedade rio-pardense foi que os membros das famílias de elite tiveram a preocupação em criar uma larga rede de sustentação política, resultando no fortalecimento do grupo social e na ampliação do poder de dominação local, poder este substanciado e também consubstanciado na ocupação dos cargos administrativos da câmara municipal. Um exemplo concreto dessa premissa pode ser visto na família de Francisco de Oliveira Porto. Ele, um reinol, estabelecido em Rio Pardo com uma casa de comércio, atuando também como negociante de grosso trato, com importantes ligações comerciais com a praça do Rio de Janeiro, foi casado com Maria Francisca da Conceição, natural da vila. Tiveram vários filhos, porém, quatro de suas filhas contraíram matrimônio com quatro indivíduos vindos de Portugal, sendo que os quatro ocuparam cargos na câmara municipal.⁴ Dois dos filhos de

⁴ Angélica Rosa de Oliveira, filha de Francisco de Oliveira Porto contraiu núpcias com João Pereira Monteiro, natural do Porto. Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 2B – 1793 – 1809. F292v. Porto Alegre: AHCMPA. João Pereira Monteiro foi eleitor, vereador e juiz almotacé na Câmara Municipal de Rio Pardo. Livro dos Termos de Eleição. Livro nº 01 – 1811/1828. AHMRP. Outra filha, Maria Francisca de Oliveira casou com Alexandre de Abreu Valle, natural de Braga. Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 3 – 1809 – 1832. F05. Porto Alegre: AHCMPA. Alexandre de Abreu Valle ocupou o cargo de procurador e juiz almotacé na câmara. Livro dos Termos de Eleição. Livro nº 01 – 1811/1828. AHMRP. Um dado importante a ser acrescentado é que João Pereira Monteiro e Alexandre de Abreu Valle mantiveram uma sociedade comercial com seu sogro, Francisco de Oliveira Porto. Outra filha, Tereza Maria de Jesus casou com Antônio de Macedo, natural de Coimbra. Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 3 – 1809 – 1832. F59. Porto Alegre: AHCMPA. Antônio de

Francisco de Oliveira Porto também ocuparam cargos na Câmara Municipal de Rio Pardo.⁵ Portanto, “o casamento no interior desse grupo pode ser considerado uma questão de propriedade, pois almejava a preservação da fortuna sem perder de vista a aquisição de prestígio. Ou seja, a política de casamento era um artifício importante para garantir a permanência do grupo familiar no seio das *melhores famílias*” (MUAZE, 2008, p. 32).⁶

Antônio Carlos Jucá de Sampaio ao analisar a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos, afirma que o estudo do matrimônio entre negociantes e a elite agrária nos permite matizar um pouco a oposição entre ambos, apesar de que ela exista, mas não exclui a possibilidade de que tal união entre os dois grupos possa ocorrer. Destaca também que era muito mais comum o casamento envolvendo negociantes com filhas de comerciantes do que negociantes com filhas da elite agrária, demonstrando que tais uniões não estavam longe de ser uma estratégia consolidada de aproximação deste grupo com a elite mercantil, e vice-versa (SAMPAIO, 2007, p. 256).

Para Rio Pardo, ao analisarmos as relações familiares e de casamento, a partir da documentação de que dispomos e do cruzamento das fontes, verificamos que a união e a formação de uma aliança estratégica envolvendo famílias de negociantes e de estancieiros foi possível, demonstrando que a união entre essas duas atividades ocupacionais era uma estratégia a ser considerada. Apresentamos dois exemplos: primeiramente, temos o casamento do negociante e camarista Francisco Gomes da Silva Guimarães, natural de Braga, com Ana Bernardina Jaques, natural da terra, filha do comerciante de Rio Pardo, João Guilherme Jaques. O mesmo negociante casou sua filha, Ana Carolina Julia, com José Joaquim de Andrade Neves, filho do estancieiro, camarista e sargento-mor José Joaquim de Figueiredo Neves. Portanto, verifica-se uma tríplice aliança, por meio do matrimônio, envolvendo três famílias da

Macedo ocupou o cargo de juiz almotacé. Livro dos Termos de Eleição. Livro nº 01 – 1811/1828. AHMRP. E a outra filha, Joaquina Francisca de Oliveira casou com Venâncio José Chaves, natural de Lisboa. Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 3 – 1809 – 1832. F96. Porto Alegre: AHCOMPA. Venâncio José Chaves ocupou o cargo de juiz almotacé na câmara municipal. Livro dos Termos de Eleição. Livro nº 01 – 1811/1828. AHMRP.

⁵ Manoel Alves de Oliveira ocupou os cargos de eleitor, vereador, juiz ordinário, procurador e juiz almotacé. Vicente Alves de Oliveira exerceu os cargos de vereador e juiz almotacé na Câmara Municipal de Rio Pardo. Livro dos Termos de Eleição. Livro nº 01 – 1811/1828. AHMRP.

⁶ A propriedade não está ligada a questão da terra, mas sim ao prestígio, ao poder e ao *status* que o casamento no interior desse grupo familiar poderia fornecer.

elite de Rio Pardo e, ao mesmo tempo, consolidando e aproximando três das mais importantes atividades ocupacionais da vila: o comerciante, o negociante e o estancieiro. São estratégias que, apesar do horizonte de incertezas, demonstram que a união desses segmentos econômicos e, conseqüentemente, suas famílias, era estrategicamente possível para uma pequena vila na Capitania/Província do Rio Grande de São Pedro.

Em outro caso, verificamos a aliança entre duas famílias de oficiais camarários por intermédio do casamento de seus filhos. Agueda Francelina Pires, filha do estancieiro e oficial camarário Antônio Simões Pires casou-se com José Tomé Salgado, filho do negociante e oficial camarário Joaquim Pedro Salgado.⁷ Nesse sentido, entre as estratégias dessa elite e de tais grupos destacam-se as alianças matrimoniais como forma de garantir o predomínio e a hegemonia política, mas também econômica e social na região, a partir da ocupação de cargos na câmara municipal. Os exemplos que citamos servem para ressaltar a formação de redes de família e o uso disso como fonte de poder. Para corroborar com essa afirmação, Silvia Brügger acrescenta que “o casamento era, acima de tudo, um arranjo familiar calcado em interesses de ordem socioeconômica e/ou política. Era, portanto, um projeto e uma escolha que visavam à satisfação da família” (BRÜGGER, 2007, p. 122).

Em uma sociedade urbana e em processo de crescimento como a de Rio Pardo, o sistema de alianças e parentescos também parecia ter regulado o universo da organização social. Podemos observar que “os casamentos foram arranjados de modo a criar uma ampla rede de alianças com famílias ocupadas nos mais diversos setores de atividade:” (BACELLAR, 1997, p. 91) comércio, criação de gado, atividade agrícola e militar. Nesse sentido, quanto mais ampla e sólida as relações estabelecidas, mais acessível seria o progresso socioeconômico e político da família.

Sendo assim, a escolha dos cônjuges não significava uma mera formalidade, isto é, casar quando e com quem representava algo maior, “o casamento era um acontecimento dos mais importantes para as famílias da elite” (SCOTT, 1995, p. 101), havia todo um ritual e uma estratégia por trás dele, pensada com o intuito de estabelecer um vínculo entre a rede de relações familiares que complementassem as

⁷ Antônio Simões Pires ocupou os cargos de eleitor, juiz ordinário, vereador e juiz almotacé. Já Joaquim Pedro Salgado ocupou os cargos de eleitor, vereador e juiz almotacé na Câmara Municipal. Livro dos Termos de Eleição. Livro nº 01 – 1811/1828. AHMRP.

atividades desempenhadas, ou seja, “dependendo das famílias e dos indivíduos envolvidos, as estratégias possíveis estavam em jogo” (SCOTT, 1999, p. 167). Nesse caso, podemos exemplificar através do matrimônio entre Antônio José Coelho Leal e Ana Joaquina de Souza, ambos naturais e radicados na Vila de Rio Pardo. Ele, negociante, estancieiro, militar e camarista, filho do capitão e também oficial camarário Caetano Coelho Leal e neto do comerciante João Pereira Fortes. Ela, filha do oficial camarário José Antônio de Souza.⁸ Portanto, as estratégias eram reiteradas tanto dentro como fora da administração municipal e o elo entre essas estratégias estava concentrado justamente na relação matrimonial e as filhas parte integrante desse processo.

Nas primeiras décadas do século XIX, os integrantes das principais famílias se sobressaíram aos demais no topo da hierarquia social e especialmente, no topo da hierarquia política, assumindo importantes cargos na câmara municipal, principalmente a almotacaria, apesar de ser considerado um cargo de segundo escalão. Ter maior ou menor acesso aos cargos da câmara e as demais mercês muitas vezes era regulado pela capacidade que os indivíduos tinham em estabelecer vínculos pessoais de amizade, familiar ou negócio, até como forma de garantir sua legitimidade e respeitabilidade perante a sociedade local. Além disso, o acesso aos cargos na câmara permitiria uma maior visibilidade e atingir posições de destaque e prestígio na sociedade.

Sendo assim, a abordagem sublinha que para a elite possuir posição privilegiada nas relações de poder, era necessário alguma estratégia, alguma forma de negociação entre as partes constituintes dessas mesmas elites. Para qualificar essa abordagem, apresentamos o casamento entre Bento Rodrigues Seixas e Isabel Josefina Carneiro da Fontoura. Ele, natural da Província da Bahia, chegou a Rio Pardo no início do século XIX, foi comerciante, militar e camarista (ocupou os cargos de juiz almotacé, procurador, juiz de órfãos e juiz de paz), filho do alferes Manoel Simões de Seixas e Ana Joaquina Rodrigues Nascimento.⁹ Ela, natural de Rio Pardo,

⁸ Inventário Post-Mortem de Ana Joaquina de Souza e Antônio José Coelho Leal. Processo nº 590; maço 26; ano 1856. Porto Alegre: APERS. Antônio José Coelho Leal é cunhado de José Vieira da Cunha, estancieiro e camarista (ocupou os cargos de juiz almotacé, eleitor e procurador da câmara) e de José Martins da Crus, militar e camarista (ocupou os cargos de juiz almotacé, juiz ordinário e eleitor da câmara municipal).

⁹ Inventário Post-Mortem de Bento Rodrigues Seixas. Processo nº 71; maço 2; 1842. Porto Alegre: APERS.

filha do coronel de Dragões do Regimento de Rio Pardo Alexandre de Souza Pereira Fontoura e Teodora Clara de Oliveira e neta de João Carneiro da Fontoura, um dos primeiros povoadores militares de Rio Pardo (LAYTANO, 1979, p. 167-173).

O casamento entre ambos ocorreu em mil oitocentos e vinte, porém, anterior a esse ano, Bento Rodrigues Seixas já havia ocupado o cargo de juiz almotacé por três vezes, de procurador e de juiz de órfãos. Portanto, esse exemplo ilustra o caso de uma família que buscou, dentro de suas estratégias e possibilidades, um cônjuge cuja estabilidade social, econômica e política já estavam estabelecidas e garantidas. Para ele, criar novos laços e redes com famílias locais era a garantia de continuar no *status* social que possuía, permitindo-lhe agregar novos valores e vínculos, como por exemplo, continuar exercendo ofícios na câmara municipal.¹⁰ Nesse sentido, essa relação estava pautada por interesses múltiplos, sendo que os laços foram reforçados por uma aliança matrimonial, cujo objetivo era de se manterem entre as famílias de elite de Rio Pardo. Para reforçar ainda mais esses laços e vínculos familiares, uma das filhas de Bento Rodrigues Seixas, Ana Alexandrina de Seixas contraiu matrimônio com o capitão Sebastião José de Brito.

Trata-se de uma estrutura social onde a própria identidade individual ainda se encontrava fortemente vinculada às relações familiares e às redes sociais as quais estavam associados. Portanto, “antes de serem homens públicos, representavam interesses e negócios de suas famílias e que, de certa maneira, poderia aproximá-los do poder” (MARTINS, 2007, p. 408). Nesse sentido, por mais que tivesse um capital político, econômico e social considerável, o indivíduo sempre estaria vinculado e identificado com sua família, o seu capital simbólico. E à medida que se cria esse vínculo, a tendência daqueles que fazem parte desse círculo é consolidar e ampliar os laços familiares, buscando estratégias que possibilitam o fortalecimento desse grupo familiar.

Sendo assim, o campo da política foi um importante fator que agrega alianças e as relações familiares, ou seja, uniões políticas mais sólidas expressadas por meio de estratégias matrimoniais permitiram a acumulação de cargos e poder no universo camarário, a obtenção de benefícios econômicos, como terras, e a manutenção de privilégios (fiscais, por exemplo). Além disso, muitos dos indivíduos pertencentes a

¹⁰ Bento Rodrigues Seixas, na década de 1820, também ocupou o cargo de juiz de paz na Vila de Rio Pardo.

famílias de elite foram favorecidos com o recebimento de mercês por parte da coroa portuguesa e do governo imperial brasileiro, o que sinaliza para a premissa de que estar no centro das decisões políticas da vila, estar presente na câmara municipal e ser um oficial camarário pode ser considerado um fator que agrega valor, seja ele simbólico e/ou não.

Essa ideia pode ser reiterada quando analisamos o perfil e o patrimônio dos indivíduos que assumiram cargos na câmara municipal, e que tudo indica que estes e suas respectivas famílias possuíam no seu patrimônio bens adquiridos no mercado (como terras e escravos) e outros adquiridos pela concessão de sesmarias e mercês. Patrimônio esse muito importante no momento da realização do matrimônio, até porque, segundo Silvia Brügger “a igualdade entre os cônjuges era um pressuposto importante para o casamento. As alianças familiares deviam ser seladas entre as partes que tivessem valores a se oferecerem mutuamente, quer fossem de ordem financeira, de prestígio social e/ou político” (BRÜGGER, 2007, p. 125).

André Figueiredo Rodrigues, em seu trabalho sobre a ocupação e a posse de terras na freguesia da Borda do Campo, ressalta a importância das doações de sesmarias a esses primeiros homens e como, através de suas intrincadas redes familiares, estes favoreceram muitos de seus parentes com a doação de vastas terras, o que conduziu a uma rápida ocupação das terras, à primeira vista em poucas mãos. Porém, ele mesmo ressalta que, paralelamente a esse processo formal de doação, solicitação e confirmação de sesmarias, havia espaço para o intruso, o homem livre pobre, disposto a arrendar terras para a produção agropastoril, ou mesmo um assento para sua família com pequena roça de milho e feijão (RODRIGUES, 2002).

O estancieiro, sargento-mor e oficial camarário José Joaquim de Figueiredo Neves, um dos homens prestigiados e “abastados” da Vila de Rio Pardo, exerceu vários cargos na administração municipal, possuindo, portanto, inserção política e poder econômico, possuía um patrimônio avaliado em 49:014\$406 réis quando da sua morte. Para a localidade e período, podemos creditar que seja um valor considerável o monte-mor de seu patrimônio. Em 1834 passou na forma de dote um escravo no valor de 500\$000 réis para o casamento de seu filho, o coronel José Joaquim de Andrade Neves com Ana Carolina da Silva, filha do alferes, negociante,

oficial camarário e cobrador da câmara Francisco Gomes da Silva Guimarães.¹¹ O pai da noiva, além de camarista e negociante, era dono de uma sesmaria, no entanto, devido a dívidas que contraiu, seu patrimônio ficou reduzido em 6:645\$539.¹² Apesar dos problemas financeiros, nitidamente eram famílias prestigiadas na região. O coronel havia recebido ainda o valor de 1:051\$853 réis para compra de benfeitorias e também recebeu de sua legítima paterna o valor de 2:171\$733 réis. Sua noiva recebeu de sua legítima paterna a quantia de 1:329\$107 réis. Essa história parece exemplificar o estabelecimento de uma aliança matrimonial unindo importantes famílias de prestígio da Vila de Rio Pardo e com um perfil econômico diferenciado, ou seja, esse casamento ilustra a união entre integrantes da elite agrária e elite comercial de Rio Pardo.

O casamento, portanto, se tornou um negócio familiar, uma troca de “interesses econômico, social e político que teriam influência decisiva na manutenção do *status quo* da família” (SCOTT, 1995, p. 99). Significou também em estratégias de reprodução e preservação do *status* familiar, uma forma de garantir a sustentabilidade da família e das teias familiares que a compunham, em uma estreita preocupação em manter o padrão de riqueza e de prestígio que possuíam. Nesse sentido, esse comportamento permitiu que os integrantes do grupo familiar agissem com o mesmo objetivo: recriar alianças, redes e relações sociofamiliares, multiplicar as possibilidades de crescimento, perpetuar o grupo familiar nos postos da administração municipal, garantindo a família posição de destaque na sociedade local. Ou seja, tanto o marido quanto a mulher não ficavam desamparados financeiramente quando um dos dois falecia, salvo quando os bens do casal estavam destinados ao pagamento de dívidas ou penhorados. No contexto da sociedade luso-brasileira, a união matrimonial era impulsionada tanto pelo prestígio social que dela poderia vir, quanto o engrandecimento do filho e/ou da filha e de sua família e por isso, estas uniões ajudam a reforçar as redes e relações sociais.

¹¹ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 3 – 1809 – 1832. F166. Porto Alegre: AHCMPA.

¹² Inventário Post-Mortem do Sargento-mor José Joaquim de Figueiredo Neves, 1846 e do alferes Francisco Gomes da Silva Guimarães, 1855. Nunca é demais lembrar que ostentar uma patente de oficial de ordenanças significava que seu portador tinha uma autoridade e um prestígio que ultrapassava, muitas vezes, os limites do município. O coronel Jose Joaquim de Andrade Neves se tornou um dos mais importantes e prestigiados políticos da região, tendo inclusive recebido, em 1867, o título de Barão do Triunfo.

Paralelamente a isso, as câmaras passaram a ser consideradas como espaço privilegiado de formação das elites coloniais, sendo possível identificar uma poderosa rede governativa¹³ em torno da Câmara Municipal de Rio Pardo, nas primeiras décadas do século XIX, onde os indivíduos, estrategicamente articulados, compartilhavam também relações familiares e de parentesco. Nesse sentido, fazer parte dessa rede possibilitaria sua inserção ou aliança com as melhores famílias da vila, contraindo matrimônio com uma moça de bom nível social, pertencente a uma família de elite, ampliando sua rede de inserção social.

Porém, em alguns casos, os homens só começavam suas carreiras políticas na câmara municipal depois de contraírem núpcias. Portanto, o casamento representava respeito perante a sociedade e a igreja, assim como um mecanismo de ascensão e/ou ampliação na sua condição social e representação política. O negociante e proprietário de uma sesmaria Francisco da Silva Bacellar, natural do Rio de Janeiro, casou-se no dia dezessete de maio de mil oitocentos e três com Inocência Roza Ferreira, natural de Rio Pardo, filha do tenente de dragões André Ferreira de Andrade e de Gertrudes Maria Barboza.¹⁴ Após o casamento, Francisco da Silva Bacellar foi nomeado três vezes para os cargos de juiz almotacé e eleitor, uma vez para juiz ordinário e para procurador e cinco vezes para vereador da câmara.¹⁵ O casamento foi um fator importante para que o cônjuge entrasse no universo camarário, o que corrobora com nossa afirmação anterior de que ser casado era um indicador importante de distinção e de aceitação entre os membros da elite rio-pardense. O capitão e negociante Joaquim Pedro Salgado, natural de Lisboa, contraiu matrimônio no dia vinte e sete de julho de mil e oitocentos com Joaquina Romaria de Andrade, filha do tenente Joaquim Thomaz de Andrade Siqueira e Maria Joaquina Assunção.¹⁶ O negociante foi nomeado duas vezes para ocupar o cargo de juiz

¹³ Considerando a governação portuguesa de fins do século XVII e início do XVIII, é possível propor uma noção de rede governativa entendida como uma articulação estratégica de indivíduos no âmbito da administração. Essa articulação era o resultado, em grande parte, da combinação das trajetórias administrativas dos indivíduos conectados pelo meio da rede e das jurisdições estabelecidas pelos regimentos dos cargos que eles iam progressivamente ocupando (GOUVÊA, 2010, p. 179).

¹⁴ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de casamentos. Livro 2B – 1793/1809, F222v. Porto Alegre: AHCMPA.

¹⁵ Livro dos Termos de Eleição. Livro nº 01 – 1811/1828. AHMRP.

¹⁶ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de casamentos. Livro 2B – 1793/1809, F196v. Porto Alegre: AHCMPA.

almotacé, uma vez para eleitor e três vezes para vereador da câmara após seu casamento.¹⁷

Três meses depois do casamento de Joaquim Pedro Salgado, José Joaquim de Figueiredo Neves contraiu núpcias com outra filha do tenente Joaquim Thomaz de Andrade Siqueira, Francisca Ermelinda de Andrade.¹⁸ José Joaquim ocupou os cargos de juiz almotacé, eleitor, juiz ordinário e vereador na Câmara Municipal de Rio Pardo depois do matrimônio.¹⁹ Nesses exemplos percebemos um conjunto de redes de inserção e notabilização tanto dos indivíduos quanto das famílias na sociedade rio-pardense, permeadas através das alianças matrimoniais. Percebe-se, também nos exemplos citados, o importante papel das filhas no processo de constituição das redes e relações familiares. A partir dessas exemplificações, podemos apontar traços indicativos da mobilidade dos indivíduos e da oferta de pretendentes, principalmente, moças naturais de Rio Pardo, para o casamento nessa região estudada. Portanto, o casamento era um sinal também de respeitabilidade e notabilização.

A região da Vila de Rio Pardo, nas primeiras décadas do século XIX, foi um importante centro econômico da Província do Rio Grande de São Pedro e funcionou como pólo de atração de indivíduos vindos de outras partes da colônia como também da metrópole e, necessariamente, a união com moças das famílias locais foram preferenciais por parte desses indivíduos, pois indicava a busca por uma inserção na sociedade local, bem como, na política local, em especial, ocupando cargos na câmara municipal e, por conseguinte formar e/ou ampliar redes e relações de poder como forma de garantir mais prestígio e status na comunidade rio-pardense. Já quanto à origem das mulheres, eram predominantemente nascidas em Rio Pardo, o que atesta para a ideia de que o casamento com mulheres locais eram uma das formas de inserção social dos “estrangeiros”. Em função disso, “o cruzamento da informação sobre a origem dos indivíduos relacionando ao seu estabelecimento em determinada vila poderia estar ligado a mecanismos de atração ou repulsão de uma dada área geográfica, devido a fatores de ordem econômica, por exemplo” (SCOTT, 1995, p. 103).

¹⁷ Livro dos Termos de Eleição. Livro nº 01 – 1811/1828. AHMRP.

¹⁸ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de casamentos. Livro 2B – 1793/1809, F199v. Porto Alegre: AHCMPA.

¹⁹ Livro dos Termos de Eleição. Livro nº 01 – 1811/1828. AHMRP.

Alexandre de Abreu Valle, comerciante radicado em Rio Pardo, natural de Braga, foi juiz almotacé em 1817 e procurador da câmara em 1819, filho de Antônio João Martins Machado e Tereza Maria de Abreu. Casou-se, em 1810, com Maria Francisca de Oliveira, natural da Vila de Rio Pardo, filha do negociante/comerciante e capitão Francisco de Oliveira Porto e Maria Francisca de Oliveira.²⁰ Apesar de não exercer mais nenhum outro cargo na câmara, o casamento possibilitou a conjugação de uma sociedade comercial com seu sogro, um dos mais conceituados comerciantes e negociantes da Vila de Rio Pardo, com importantes ligações comerciais fora da Capitania/Província do Rio Grande de São Pedro, especialmente com o Rio de Janeiro. Portanto, essa aliança familiar e o próprio mecanismo de escolha do cônjuge se pautaram por uma questão econômica, como forma de aumentar as áreas de influência, econômica e política, na região e de solidariedade.

Nesse emaranhado de redes e relações sociais, envolvendo setores da economia e política, que alguns membros da elite rio-pardense, formada particularmente pelos oficiais camarários, galgaram prestígio e poder, se relacionando entre si ou com indivíduos de outros setores da sociedade, tanto que alguns de seus integrantes se elegeram para vários postos da câmara municipal. Portanto, ser integrante da administração municipal se transformou num recurso estratégico e privilegiado para garantir a projeção social. Alicerçada a isso podemos acrescentar as relações matrimoniais e familiares que contribuíram ainda mais para essa projeção, instrumentalizando a partir de então a consolidação de redes e relações sociais, de alianças, de acumulação de riquezas, benefícios, de mercês e de prestígio social. Nesse sentido, em alguns casos, fazer parte de uma família de elite, com notoriedade e prestígio na sociedade garantia, ou ao menos, encaminhava o indivíduo a inserir-se no meio político, econômico e social da localidade. Esses indivíduos, e as próprias mulheres, carregavam consigo o nome da família independentemente se ficava na localidade ou se se deslocavam para outras regiões. Portanto, a família se tornou à base de sustentação política, econômica e social.

Nas primeiras décadas do século XIX, especialmente entre 1811 a 1830, as relações sociais se pautaram pela ocupação dos cargos da Câmara Municipal de Rio Pardo e as redes e relações familiares. É nesse universo que as relações sociais foram

²⁰ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de casamentos. Livro 3 – 1809/1832, F5v. Porto Alegre: AHCMPA.

definidas, se consolidaram e se entrelaçaram. Os indivíduos e a partir de então as famílias, pertencentes à elite local, se notabilizaram em torno dos cargos administrativos e a partir desse universo estabeleceram redes, associações e vínculos entre os diferentes membros das famílias da elite rio-pardense. Famílias estas, que segundo Comissoli tinham como primeira função “definir um grupo de pertencimento, sendo a segunda definir os grupos com os quais se pode estabelecer alianças que ampliem o parentesco original” (COMISSOLI, 2011, p. 268). Essa pequena elite local, que se valia de atividades ligadas ao comércio, a pecuária/agricultura ou a atividade militar, se utilizou dessas teias para se alicerçar nos cargos de governança, constituindo fonte de ascensão social, prestígio e até mesmo riqueza.

Contudo, não podemos deixar de mencionar outras formas de contabilizar a riqueza e, nem tampouco, podemos delimitar que somente a fortuna, a riqueza material era motivo de prestígio entre as famílias. Não menos importante era a riqueza imaterial, eram “as alianças de amizade e de afinidade constituídas pela parentela, formando uma rede de influência e de poder” (CANCELA, 2009, p. 28). É nesse contexto que se devem entender as alianças matrimoniais em meio aos grupos de elite de Rio Pardo. As ligações evidenciadas, por exemplo, entre comerciantes camaristas e militares camaristas ou estancieiros e militares da câmara, apontam para uma política de ampliação de alianças, visando conferir estabilidade ou ampliar a rede de apoio, de poder e de prestígio do grupo familiar. Nesse sentido, “se produziu uma engenharia de matrimônios, interligando alianças com integrantes da elite local e membros de diferentes setores da sociedade” (FRAGOSO, 2003, p. 26). Assim, foi constituída uma verdadeira teia política entre os membros da elite local, cuja ação se deu, principalmente, no universo da câmara municipal.

Para exemplificarmos essa estratégia de ação, apresentamos o caso do negociante e estancieiro Francisco da Silva Bacellar, cuja carreira política na câmara municipal iniciou em 1811 quando foi nomeado para o cargo de juiz almotacé. Depois disso, foi eleito também para os cargos de eleitor (três vezes), de juiz ordinário (uma vez), de vereador (cinco vezes) e de procurador (uma vez).²¹ Natural do Rio de Janeiro, o negociante contraiu núpcias, em 1803, com Inocência Roza Ferreira da

²¹ Livro dos Termos de Eleição. Livro nº 01 – 1811/1828. AHMRP.

Silva, natural da Vila de Rio Pardo, filha do tenente de dragões André Ferreira de Andrade e Gertrudes Maria Barboza. Nesse caso, podemos assinalar que “os acordos matrimoniais envolviam um feixe complexo de relações e interesses de ambos os lados das casas familiares” (MUAZE, 2008, p. 38). Comerciante e estancieiro, Manoel Aves de Oliveira também iniciou sua carreira política na câmara municipal pelo cargo de juiz almotacé, nomeado em 1811. Ocupou ainda mais três vezes o cargo. Além desse ofício, foi eleito três vezes para eleitor e uma vez para juiz ordinário, vereador e juiz de órfãos.²² Manoel Alves de Oliveira era natural de Rio Pardo e filho do negociante de grosso trato Francisco de Oliveira Porto.

Em ambos os casos citados acima, os indivíduos iniciaram suas participações na câmara sendo nomeados para o cargo de juiz almotacé e em seguida, ocuparam outros. Nesse sentido, a formalização de alianças matrimoniais e a representação e o poder simbólico da família foram muito importantes como estratégia para a inserção desses indivíduos no universo da administração municipal e conseqüentemente, reiterar, manter e ampliar a posição social e o *status* dos indivíduos. Para a família, interessada em alianças economicamente vantajosas, era uma forma de se inserir entre as melhores famílias rio-pardenses, buscando respeitabilidade e reforçando sua posição econômica, social e política na Vila de Rio Pardo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Maria Norberta. Demografia histórica e história da família: um casamento feliz. **Revista População e Família**. São Paulo, SP, Universidade de São Paulo/Humanitas, n. 5, p. 39-76, 2003.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2001.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

CANCELA, Cristina Donza. Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920. *Topoi*. Rio de Janeiro, RJ, v. 10, n. 18, jan.-jun., 2009, p. 24-38.

²² Livro dos Termos de Eleição. Livro nº 01 – 1811/1828. AHMRP.

COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)**. Porto Alegre: Coleção Teses e Dissertações, vol. 1, Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

COMISSOLI, Adriano. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c. – 1831c.)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

FARINATTI, Luís Augusto. **Sobre a cinza da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1999.

FRAGOSO, João Luís. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. **Tempo**. Rio de Janeiro, RJ, n. 15, pp. 11-15, 2003.

Inventário Post-Mortem de Anna Joaquina de Souza e Antônio José Coelho Leal. Processo nº 590; maço 26; ano 1856. Porto Alegre: APERS.

Inventário Post-Mortem de Bento Rodrigues Seixas. Processo nº 71; maço 2; 1842. Porto Alegre: APERS.

LAYTANO, Dante de. **Guia histórico de Rio Pardo**. 2ª ed. Porto Alegre: AGE, 1979.

Livro dos Termos de Eleição. Livro nº 01 – 1811/1828. AHMRP.

Livro Termo de Criação da Vila de Rio Pardo. Livro nº 01 – 1811. Rio Pardo: AHMRP.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Orgs.). **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIRANDA, Márcia Eckert. **Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS; Ministério Público do Estado do RS; CORAG, 2000.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de casamentos. Livro 2B – 1793/1809, F222v. Porto Alegre: AHCMPA.

Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 2B – 1793/1809. F292v. Porto Alegre: AHCMPA.

Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de casamentos. Livro 2B – 1793/1809, F196v. Porto Alegre: AHCMPA.

Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de casamentos. Livro 2B – 1793/1809, F199v. Porto Alegre: AHCMPA.

Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de casamentos. Livro 3 – 1809/1832, F5v. Porto Alegre: AHCMPA.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs.). **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Família, casa e fortuna: os grandes proprietários de escravos em São Paulo (1765-1836). **Demografia histórica em Portugal**. Boletín de la Asociación de Demografía Histórica. Bilbao, XIII, 2, 1995.

SOUZA, Sabrina Silva de. **Comerciantes em Rio Pardo – RS: atuações comerciais e relações sociais (1830-1835)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1998.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)**. Guimarães: NEPS, Universidade do Minho, 1999.

VIVÓ, Cristina Mazzeo. Os vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudos de caso, metodologia e fontes. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de., ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

VOGT, Olgário Paulo. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. VOGT, Olgário Paulo, SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

Recebido em Agosto de 2015
Aprovado em Outubro de 2015